

Cidades

LEONE IGLESIAS - 06/06/2013



VISTA DA TERCEIRA PONTE: relatório de auditoria feito pelo Tribunal de Contas do Estado apontou, em abril, que a empresa teria vantagem de R\$ 798 milhões no contrato de concessão da Terceira Ponte e Rodovia do Sol

PEDÁGIO DA TERCEIRA PONTE

Rodosol diz que Estado deve R\$ 85 milhões

Advogado de concessionária diz que as informações do relatório do Tribunal de Contas sobre o pedágio são “fantasiosas”

Daniel Figueredo

A Rodosol contestou os dados apresentados pela auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) e diz que o Estado lhe deve R\$ 85 milhões. O relatório de auditoria feito pelo TC-ES apontou, em abril, que a empresa teria vantagem de R\$ 798 mi-

lhões no contrato de concessão da Terceira Ponte e Rodovia do Sol.

Na defesa, apresentada ontem, a Rodosol afirmou que o cálculo feito pelos auditores foi errôneo por desconsiderar aspectos como taxas de lucro, impostos e outros valores. “Os valores apontados pelos auditores são injustificáveis, imaginárias e fantasiosas. Os R\$ 798 milhões não têm respaldo no contrato ou na legislação”, afirmou o advogado Bruno Calfat.

Ele afirmou que a empresa estuda medidas judiciais contra o Estado e a suspensão do pedágio, feita em abril. A empresa afirma que o contrato foi distorcido na auditoria e não foram incluídos investimentos, inclusive alguns fora do contra-

to – como a construção de viadutos na Barra do Jucu e Interlagos e sistema de iluminação na rodovia.

Segundo o advogado Diego Cabrera, a auditoria considerou números médios, como no caso de isenção de ônibus do Transcol. “Usamos o número real e isso causou ainda mais desequilíbrio para a concessionária”, afirmou.

O diretor-presidente da Rodosol, Geraldo Dadalto, afirmou que itens do contrato não foram respeitados. “O Plano de Exploração Rodoviária nos diz o que devemos fazer. Algumas coisas são inovações e não estão previstas em contrato.”

Os prejuízos da concessionária, segundo Dadalto, ainda não são possíveis de serem estimados.

O advogado Rodrigo Martins afirmou que se reuniu com o governo do Estado antes da suspensão da cobrança. “Se suspendessem nas duas praças, sairíamos da rodovia no outro dia. Temos o mesmo número de pessoas trabalhando na manutenção da rodovia.”

GERALDO DADALTO, diretor-presidente da Rodosol, e o advogado Bruno Calfat: empresa estuda medidas judiciais contra o Estado



FERNANDO RIBEIRO/AT

ENTENDA O CASO

Auditoria durou oito meses

Auditoria

- > A AUDITORIA do contrato de concessão da Rodosol foi solicitada ao Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) pelo governo do Estado em julho de 2013, após manifestações pedindo o fim da cobrança de pedágio.
- > APÓS OITO MESES de auditoria, foi feita uma instrução técnica inicial que apontou que houve R\$ 798 milhões de vantagem para a Rodosol.
- > OS AUDITORES também apontaram 22 irregularidades desde o processo

de licitação e sugeriram o rompimento do contrato com a concessionária.

Suspensão

- > A COBRANÇA de pedágio foi suspensa no dia 22 de abril, por decisão do governador Renato Casagrande.

Defesa

- > A EMPRESA entregou ontem a defesa em relação às acusações feitas pelos auditores, que serão analisadas pelo TC-ES.

Saiba mais

Rodosol diz que auditoria desconsiderou investimentos

TC-ES

R\$ 798 MILHÕES

O relatório aponta o valor em vantagem para a Rodosol. Foram analisados 16 itens contra, como isenção dos ônibus, e a favor, como a avaliação dos custos.



DESEQUILÍBRIO

RODOSOL

R\$ 85,7 MILHÕES

A Rodosol alega que o Estado deve o valor à empresa, pois a auditoria desconsiderou investimentos, lucros, impostos, obras não previstas e outros.



QUALIDADE DAS OBRAS

O TRIBUNAL DE CONTAS APONTOU que as obras eram de qualidade inferior ao que previsto no contrato de concessão. O asfalto tinha espessura de 5 cm, ao contrário dos 10 cm que eram previstos no contrato.

A RODOSOL ALEGA que o contrato não prevê espessura mínima do asfalto, mas usa fórmula baseada no fluxo de caminhões. Eles afirmam que dados da BR-101 foram usados, por isso o pavimento seria superdimensionado na via.



REAJUSTES

SEGUNDO O TRIBUNAL, os índices de reajuste estão vinculados 90% à obra e consultoria e 10% vêm dos índices de inflação. Com isso, tarifas cresceram **22,15%** a mais que a média da inflação.

A RODOSOL ALEGA que os cálculos, nos dias de hoje, têm gerado índices inferiores aos do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), principal índice de inflação usado pelo governo federal.

Fonte: Rodosol e Relatório Inicial de Auditoria do Contrato da Rodosol.

Nova equipe vai analisar defesa

Uma segunda equipe de auditores do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) vai analisar a defesa apresentada pela concessionária Rodosol. Eles vão confrontar os dados fornecidos pela empresa com os dados do relatório de auditoria.

Após essa análise, será feita uma Instrução Técnica Conclusiva (ITC), que será enviada ao Ministério Público de Contas e, posteriormente, ao relator do processo, o conselheiro Carlos Ranna, para emitir um voto que vai a julgamento no plenário do TC-ES.

O prazo para a entrega das defesas, porém, ainda não foi concluído e se encerra no próximo dia 22. Além da Rodosol, o Departamento

de Estradas de Rodagem (DER-ES) entregou os documentos ao TC-ES. A corte aguarda o recebimento das defesas da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi), do Instituto Estadual do Meio Am-

LEONE IGLESIAS - 15/04/2014



RANNA é o relator do processo

biente (Iema) e outros citados.

Segundo o TC-ES, é necessário que todos os documentos sejam entregues para que a nova análise comece e o processo tenha prosseguimento.

A Arsi foi procurada na noite de ontem para se pronunciar sobre o caso, mas afirmou que só vai falar sobre o assunto após o fim do processo no TC-ES.

Questionados sobre o andamento do processo administrativo instaurado pela Arsi em 22 de abril para apurar as irregularidades apontadas pelo relatório de auditoria, a agência não se posicionou. O processo, anunciado pelo governo do Estado, poderia culminar no fim do contrato com a Rodosol.